

REUNIÃO DE LIDERANÇAS DO MOVIMENTO DO NÍVEL MÉDIO COM O DIRETOR EXECUTIVO SÉRGIO CORTES, EM 11.04.2007, NA SALA DE REUNIÕES DA FRANKLIN ROOSEVELT

Participaram do encontro:

Representando a diretoria:

Sérgio Cortes e Antonio Fernando de Andrade Alves

Representando os servidores do nível médio:

Aglaé Celestino

Alteclínio Martins

Domingos Cersosimo (Dodô)

Élson Dantas

Jorge Júnior

Paulo Roberto dos Santos Lindesay

Pedro Paulo Medeiros de Albuquerque

Pedro Sérgio Rocha Matias

Roberto Rodrigues

Sidney Vicente da Silva

Suzana Lage Drumond

Mais duas servidoras de nível médio convidadas por Sérgio Cortes:

Mônica e....

Cobertura do encontro: jornalista Juçara Braga

Reportagem, redação, edição, revisão e diagramação do Boletim Informativo: Juçara Braga e Jussara Magalhães

Transcrição da fita: Juçara Braga

TRANSCRIÇÃO DA FITA

Roberto Rodrigues da Silva – a defasagem entre os níveis intermediário e superior é uma injustiça; os trabalhadores de nível intermediário estão jogados de lado pela instituição. Há uma grande insatisfação na Chile que avança para outros núcleos; os salários baixos colocam os servidores de nível médio em uma situação constrangedora; por isso estamos mobilizados; nosso objetivo é realizar um movimento disciplinado, com ordem; os servidores de nível intermediário têm grande importância no desenvolvimento do trabalho, mas sentem-se sem apoio da instituição; queremos o diálogo.

Suzana – o movimento na Chile cresce, a insatisfação é geral, crescente em todo o Brasil; a discussão do plano de carreira anterior não foi feita; queremos discutir o IBGE como órgão estatal em função de suas pesquisas e importância; se houver essa discussão, o nível médio será valorizado, pois sem ele, não haveria IBGE; mesmo com a informatização, o IBGE não funciona sem o nível médio, seja na área técnica, na geografia, na administração; o nível médio representa 76% do quadro da instituição.

Quando se fala de nossos salários, somos comparados ao auxiliar de escritório do setor privado; queremos ser tratados de acordo com a peculiaridade de nossas funções; não é possível comparar com o setor privado; o IBGE está constantemente na imprensa, precisa ser valorizado; o nível intermediário veste a camisa da instituição, não tem hora para sair do trabalho; queremos discutir Plano de Carreira, considerando a importância dos profissionais do nível intermediário.

Queremos um plano de carreira universal; o mateiro, que trabalha verificando ervas, mesmo sendo analfabeto, tem tanta importância quanto aquele profissional que está no último grau do plano de carreira; a direção do IBGE precisa sensibilizar-se para isso.

Agláé – o nível médio vem se qualificando, muitas vezes por sua própria conta; é um servidor preparado independentemente do seu nível de escolaridade; o nível técnico está sempre à frente de pesquisas inovadoras, não permitindo que outra instituição tome seu lugar; mesmo assim, o nível médio tem sido cada vez mais desprestigiado; o Plano de Cargos não foi discutido; foi apresentado.

A missão do IBGE é fotografar a diversidade do Brasil, mostrar para a sociedade, mas não consegue entender a assimetria em sua própria casa.

Paulo – na Chile, há uma tentativa de desqualificar o nível médio; tenho 26 anos de IBGE e procurei me qualificar, muitas vezes, por minha própria conta; queremos equiparação com o nível superior; se somos 76% é porque temos valor; muitos têm buscado atendimento médico porque estão frustrados, em fim de carreira, sem valorização; o nível médio está sem motivação para trabalhar; a instituição precisa repensar; não estamos contra o nível superior, que merece até mais, mas o ganho do nível médio não pode ser tão desproporcional em relação ao nível superior.

Miguel – é preciso saber qual o projeto em relação ao papel institucional do IBGE e onde o nível intermediário está incluído; há um esvaziamento por envelhecimento e as substituições são feitas por contratação temporária que remunera 30% menos. Há um projeto de terceirização?

Israel – desde a gestão do (Edmar) Bacha – você (referindo-se a Sergio) ainda era nível médio –, o nível médio era desvalorizado. Como fica a rede de coleta? Ela é importante. Será terceirizada? Há uma preocupação do pessoal de campo em relação a isso.

Sérgio – o presidente Eduardo me delegou para esta reunião; atendê-los faz parte do trabalho da DE; estou feliz por ver que o movimento é objetivo, bastante claro, e não apenas na questão sindical; o movimento é justo, positivo e consciente. É preciso parceria para levar esse processo adiante; há divergências que levam ao enfrentamento e assuntos que convergem; Eduardo tem uma preocupação constante com a questão salarial.

Eu proponho uma discussão pela razão, e não pela emoção, para que possamos avançar. É preciso, primeiro, estabelecer a diferença entre o nível intermediário e técnico; o intermediário vai do mateiro ao técnico de computador, copeiro, auxiliar, motorista; precisa separar o joio do trigo; toda vez que discutimos R\$ 1,00 no Ministério, estamos discutindo R\$ 15 mil; são 7.600 ativos e 5 mil aposentados.

São 5.903 no nível intermediário dos quais 700 e tantos não têm 2º grau.

A discussão não avança porque não há uma separação clara. O copeiro vai ganhar igual a pessoas que realizam trabalho eminentemente técnico? Se não buscarmos saída para isso, vai-se discutir 70% e ser contemplado com 30%; isso é difícil gerenciar; não sei como resolver. Concordamos que os salários talvez não sejam ideais; mas, nunca o IBGE conseguiu levar a inflação de um governo para outro; e agora levou 39%; nunca houve um movimento como esse partindo da direção.

O Plano de Carreira não é ruim para os níveis médio e superior; pode-se dizer que o salário nominal é ruim; o nível superior com doutorado terá 39,7% até fevereiro de 2008 e, em início de carreira, mais ou menos 100 pessoas, 100% em cima do vencimento básico; o Plano privilegiou o vencimento básico e não a gratificação.

Os aumentos do nível médio foram de 47,66% para os servidores sem titulação e 51,02%; 649 pessoas que entraram tiveram mais de 50% sobre o vencimento. Em fevereiro de 2008, o último nível com titulação terá R\$ 3.463,00. Esse salário é baixo para quem exerce função técnica de nível intermediário, mas não para o médio.

Acho que apenas um grupo está insatisfeito. É um problema localizado.

Estamos investindo em mais equipamentos, infra-estrutura, não se poupa em treinamento; o IBGE tem trabalhado muito pela instituição. Sobre o Plano de Carreira, a idéia de uma tabela para o técnico com faixa salarial do nível médio até pleno do nível superior tem sido combatida pelo Planejamento porque é ruim para o funcionalismo.

Proponho que se crie uma estratégia para resolver as diferenças dentro do nível intermediário; o problema da disfunção: pessoas que exercem função de nível superior, não ganham como nível superior; é difícil superar por causa da legislação.

É preciso não confundir trabalho temporário com terceirização; a terceirização existe nas áreas de conservação e segurança; não na área de coleta.

O IBGE tinha 13.612 servidores em 1989; hoje tem 7.532; há cada vez mais pesquisas (serviços e comércio); ficamos muito tempo sem concurso; o concurso recente não foi suficiente; então, se não houver contratação de trabalho temporário, não faremos as pesquisas, pois não é possível contratar.

Cada vez que houver mais tecnologia, mais capacitação, não precisa repor o número de servidores igual ao que está saindo.

O orçamento do IBGE, aprovado pelo Congresso Nacional, cobre as despesas; o problema é quando há um projeto, como o do censo que faremos agora e não foi feito em 2005 porque seu custo é de R\$ 600 milhões; é difícil conseguir devido às dificuldades do País, então o IBGE estuda novas tecnologias (PNAD junto com PME), censo demográfico contínuo a exemplo dos censos econômicos; isso vai exigir que forcemos a rede de coleta.

Hoje, há 532 agências para fazer a programação do trabalho; se mudarmos a metodologia, será preciso alcançar mais municípios, aumentar a rede de coleta.

Agláé – sugiro que seja estabelecida uma parceria do nível médio com a diretoria para estudar a questão. Precisamos saber quantos funcionários causam impacto; em 1993, ex-auxiliares foram incorporados ao nível médio, totalizando 411 pessoas; hoje, esse número é menor. Muitos servidores foram estimulados a estudar e o fizeram, o que reduz o impacto daqueles que não têm formação. É importante buscar procedimento para o contingente que se formou e compõe o novo perfil do nível intermediário.

Há pessoas mais qualificadas que mereceriam estar em outro patamar, pessoas que, por erro institucional, estão no nível intermediário, mas deveriam estar em outro. É simples: deve ser corrigido por via administrativa; os demais já foram incorporados; poucos não são formados.

Roberto: falamos do nível médio como um todo, 5.903 servidores.

Julio – não podemos permitir que os meios de produção substituam o homem. Qual a visão da direção sobre isso? Não queremos comprometer o censo, mas a insatisfação existe. Qual a vontade política da direção para resolver o problema?

Suzana – pessoas que eram de nível auxiliar, hoje, são chefes de agência; a copeira é fundamental, o motorista também; aqueles que não têm segundo grau e, por isso, exercem função que não são consideradas importantes, é pequeno. É preciso entender que 76% dos servidores estão no nível intermediário e eles são importantes para a instituição. Os níveis superior e médio do IBGE têm que ganhar igual ao Ipea; a maior parte do nível superior era nível médio e ascendeu sem concurso.

É preciso discutir o Plano de Carreira valorizando o plano médio e considerando que todos são importantes; sem eles, a instituição não funciona; a instituição precisa do motorista, da copeira, do auxiliar.

A proposta de corte traz uma perspectiva de divisão do coletivo e a compreensão de que apenas uma parte é importante. Não é possível pegar um pequeno grupo que não tem 2º grau; este argumento não se justifica. Sejam mais flexíveis, parem para observar a importância das funções. Vocês, como direção do IBGE, devem ter compromisso com os servidores; esta é a primeira direção de funcionários, colegas nossos.

Domingos Cersosimo (Dodô) – É importante discutir o Plano de Carreira e compreender que funções de níveis médio e superior se entrelaçam; é obrigação da direção mostrar, ao Governo, a especialização do IBGE, mostrar a realidade dos trabalhadores.

Sérgio – reivindicar 28% é justo para 60% ou 70% do nível médio; para os demais pode encaixar, mas é difícil; o Plano de Carreira do IBGE só muda se mudar a lei.

Roberto Rodrigues – não pretendemos brigar com o nível superior, mas reduzir o distanciamento salarial.

Paulinho – o que fazer com 1.270 horas de especialização se só ganho por 180 horas?

Sérgio – concordo com vocês, mas é preciso fortalecer os argumentos; as pessoas estudam para sua própria formação, seu benefício.

Aglaé – o regimento interno estimula o aperfeiçoamento de acordo com as necessidades da instituição.

Israel – você estuda para se formar e ganhar mais.

Dodô – a insatisfação é grande e pode não ser contida.

Pedro Paulo – é preciso desconstruir os argumentos do Governo federal; a defasagem salarial é um desestímulo que atinge as pessoas de maneira diferenciada e interfere na qualidade do trabalho do IBGE. O argumento do governo é de que “vocês são muitos, tem muitos aposentados, o impacto financeiro é grande”. Precisamos mostrar o que é o IBGE, uma instituição que precisa desde o profissional que se arrisca no mato até o de nível superior.

Sérgio – temos 532 agências, sendo 400 no interior; em algumas, há uma ou duas pessoas apenas; há uma demanda forte por nível médio para DERJ, DGC, áreas de administração e apuração.

Suzana – a greve é possível; você disse que precisamos nos antecipar aos fatos; se o descontentamento cresce, ou ele é satisfeito ou escoo no não atendimento; proponho que a direção leve nossos argumentos ao Governo; o movimento por insatisfação salarial no nível médio é crescente; nosso papel é buscar a mobilização se não há diálogo, daí nossa sugestão é de que vocês vão à Brasília e marquemos nova reunião urgente.

Sergio – essa proposta tem que passar pelo Conselho Diretor; é preciso construir os argumentos para provar que é justo; eu penso que vocês têm razão.

Juçara (jornalista) – Por que você considera justa a reivindicação apresentada?

Sergio – É justa se considerarmos o tempo de serviço e a especialização. Podemos construir o argumento comparativo com o Ipea. Nos últimos 10 anos, houve 646 contratações de nível superior e muitas pessoas saindo para outras instituições que pagam mais; no nível médio, ocorre o contrário, a demanda para entrar é grande e não há grande movimento de saída.

Mônica – não é justo que o nível superior entre ganhando o triplo do que ganha o nível médio, que está muito mais apto para o trabalho. Por que o reconhecimento é diverso?

Sergio – os requisitos da empresa são diferentes para os níveis médio e superior. Vamos conseguir negociar. O objetivo é resolver o problema. Vou levar a questão ao Conselho Diretor, possivelmente, na próxima semana e agendamos nova reunião para a semana seguinte.

Suzana – queremos o seu compromisso de que defenderá a causa.

Aglaé – sugiro a criação de um grupo de trabalho, incluindo a Diretoria, para debater o problema do nível médio.

Roberto Rodrigues – é importante saber que você está do nosso lado.

FIM